

**AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA  
PROGRAMA REGIONAL MADEIRA 2030**

**RESUMO NÃO TÉCNICO**



**Outubro de 2022**

**Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Regional Madeira 2030**  
**-RESUMO NÃO TÉCNICO-**

(Página deixada propositadamente em branco)

## 1. Introdução

O Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio, transpõe para o regime jurídico nacional a Diretiva 2001/42/CE, relativa à avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente - Diretiva de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) - adotada em julho de 2001. Esta Diretiva é aplicável a todos os planos ou programas abrangidos pelo artigo 3.º, nomeadamente:

- a) Planos e Programas relativos aos setores da agricultura, floresta, pescas, energia, indústria, transportes, gestão de resíduos, gestão das águas, telecomunicações, turismo, ordenamento, urbano e rural ou utilização dos solos e que constituam enquadramento para a futura aprovação dos projetos mencionados nos anexos I e II do Decreto-Lei n.º 151-B/2013 de 31 de outubro;
- b) Planos e Programas que produzam eventuais efeitos em sítios da lista nacional de sítios, num Sítio de Interesse Comunitário, numa Zona Especial de Conservação ou numa Zona de Proteção Especial;
- c) Planos e Programas que, não sendo abrangidos pelas alíneas anteriores, constituam enquadramento para a futura aprovação de projetos e que sejam qualificados como suscetíveis de ter efeitos significativos no ambiente.

No âmbito específico da presente Avaliação, a mesma está incluída na alínea c): planos e programas qualificados como suscetíveis de ter efeitos significativos no ambiente.

O PR Madeira 21-30 constitui um programa estratégico e operacional de âmbito regional enquadrador de um conjunto de prioridades, objetivos específicos, de tipologias de ação e domínios de intervenção suscetíveis de terem efeitos significativos no ambiente, devendo o seu conteúdo corresponder ao estabelecido no art.º 5.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho.

O presente documento constitui o **Resumo Não Técnico** do Relatório Ambiental Preliminar, que corresponde à peça principal do processo de AAE da proposta de Programa Regional Madeira 2030.

(Página deixada propositadamente em branco)

## 2. Objetivos e Metodologia da AAE

### 2.1 Objetivos

O presente documento constitui o Relatório Ambiental preliminar (RA preliminar), do processo de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) do “Programa Regional da Região Autónoma da Madeira 2030”, adiante designado PR Madeira 2030.

A Diretiva 2001/42/CE, que foi objeto de transposição nacional através do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, define que o objetivo global de uma AAE consiste em:

*“A presente Diretiva tem por objetivo estabelecer um nível elevado de proteção do ambiente e contribuir para a integração das considerações ambientais na preparação e aprovação de planos e programas, com vista a promover um desenvolvimento sustentável. Para tal, visa garantir que determinados planos e programas, suscetíveis de ter efeitos significativos no ambiente, sejam sujeitos a uma avaliação ambiental em conformidade com o nela disposto.”* (artigo 1º).

Assim, o processo da AAE deve contribuir para a adoção dum conjunto de soluções e medidas que permitam reduzir os efeitos negativos mais significativos no ambiente que resultem da aplicação do PR Madeira 2030 em avaliação.

Neste contexto, e em consonância com as boas práticas e experiência nacional recente em matéria de AAE, os objetivos que presidirão à realização da AAE são:

1. Assegurar uma visão estratégica e uma perspetiva alargada em relação às questões ambientais, num quadro de sustentabilidade;
2. Assegurar a integração das questões ambientais no processo de decisão, enquanto as opções ainda estão em discussão;
3. Auxiliar na identificação, seleção e justificação de opções ganhadoras (*win-win*) face aos objetivos de ambiente e desenvolvimento;
4. Detetar problemas e oportunidades, sugerir programas de gestão e monitorização estratégica;
5. Assegurar processos participados e transparentes, que envolvam todos os agentes relevantes;
6. Produzir contextos mais adequados a futuras propostas de desenvolvimento.

## **2.2 Metodologia**

### **2.2.1 Procedimentos metodológicos**

Apresenta-se neste subcapítulo a metodologia proposta para o presente processo de AAE que procura respeitar a estrutura e os princípios metodológicos emanados pela legislação em vigor, bem como os requisitos expressos no respetivo Caderno de Encargos, apresentando três momentos distintos: 1 | Definição de Âmbito; 2 | Avaliação Estratégica de Efeitos; e 3 | Acompanhamento.

#### **Fase 1 | Definição de Âmbito**

Esta fase permite desenvolver um enquadramento do projeto que faculta à equipa da AAE os dados necessários para a definição de um conjunto de fatores de natureza estratégica (Fatores Críticos para a Decisão - FCD) com base nos quais se processa a avaliação de efeitos propriamente dita (durante a Fase 2).

Os FCD consistem nos temas fundamentais, ou janelas de observação, em que é necessário concentrar a atenção da Avaliação Ambiental para compreender estrategicamente o contexto, analisar os problemas e estabelecer escalas relevantes que permitam uma avaliação adequada. Os FCD materializam o conceito de definição de âmbito tal como exigem os requisitos legais europeus e nacionais no que respeita ao pormenor da informação a ser considerado no Relatório Ambiental.

A identificação dos FCD resultará da análise integrada dos seguintes elementos:

- ✓ **Questões estratégicas (QE)** - são questões políticas ou desafios críticos fundamentais que afetam obrigações, valores, serviços, custos e que devem ser consideradas se queremos atingir a visão de longo prazo do PR Madeira 2030. Relacionam-se diretamente com o objeto da avaliação, que, no presente caso, se traduzirá na proposta do PR Madeira 2030, materializada nas respetivas Prioridades, Objetivos Específicos e tipologias de ações previstas;
- ✓ **Quadro de Referência Estratégico (QRE)** - é o quadro das macropolíticas estratégicas da AAE, estabelecendo um referencial para a avaliação. Este quadro acolhe os objetivos ambientais e de sustentabilidade das macropolíticas estabelecidos em contextos europeus, nacionais e regionais relevantes para a avaliação estratégica. O QRE fornece as orientações e metas estabelecidas nos vários contextos e incorpora-os na consideração de sinergias e conflitos potenciais com o PR Madeira 2030;
- ✓ **Questões Ambientais (QA)** - inclui as questões determinantes e relevantes para a definição do âmbito ambiental da avaliação. Foram selecionadas tendo por base as Questões Ambientais legalmente definidos no Decreto-Lei 232/2007, de 15 de junho, e contribuíram para a identificação de problemas e potencialidades que, por sua vez, contribuíram para a identificação dos FCD.

O racional desta peça está refletido na figura seguinte.

Figura 1 – Racional para a definição dos Fatores Críticos para a Decisão, elemento central do RDA



Após a identificação dos FCD, procedeu-se ao estabelecimento dos critérios de avaliação e respetivos indicadores de avaliação. A identificação dos FCD, e respetivos critérios e indicadores de avaliação, regeu-se pelas boas práticas que aconselham a focagem, a holística e a integridade.

## Fase 2 | Avaliação Estratégica de Efeitos

Uma vez recebido o parecer das entidades consultadas na fase de definição de âmbito, e ponderadas as respetivas recomendações, a Fase 2, cujo primeiro produto é o Relatório Ambiental Preliminar (RA preliminar), vem aprofundar o resultado da Fase 1, com um conjunto de análises sobre os FCD que permitam ter uma visão abrangente e tão analítica quanto possível.

O conteúdo do RA e a sua organização refletiram uma preocupação da equipa de trabalho da AAE que procurou privilegiar o que se considera ser a mais-valia duma AAE: a visão prospetiva acompanhada de recomendações claras, objetivas e que permitam uma leitura fácil e incorporação ágil das suas principais conclusões. Neste contexto, interessou, pois, atuar precisamente numa perspetiva mais alargada e numa abordagem integrada a nível estratégico da decisão, que se constituiu como unidades elementares de avaliação as bases estratégicas do PR.

Assim, e no seguimento das propostas de implementação alternativas ou opcionais que foram consideradas, foi desenvolvida a análise por FCD que permitiu condensar a avaliação estratégica de efeitos através:

- ↪ Da avaliação da situação de referência, com destaque para as questões ambientais significativas (estruturada a diferentes escalas sempre que adequado);
- ↪ Da elaboração da análise SWOT (Pontos Fortes, Pontos Fracos, Oportunidades e Ameaças), que permitiu complementar o diagnóstico da situação atual evidenciando as questões internas fundamentais (Pontos Fortes e Pontos Fracos) assim como as questões externas chave (Oportunidades e Ameaças) que foram consideradas no processo de avaliação;
- ↪ Das tendências de evolução na ausência da implementação do PR e da avaliação dos efeitos de natureza estratégica decorrentes do PR Madeira 2030 baseando-se no diagnóstico estratégico realizado e pretendendo avaliar oportunidades e os riscos decorrentes das opções de desenvolvimento preconizadas pelo PR, assim como eventuais sinergias e conflitos;
- ↪ No que respeita à proposta de monitorização e seguimento esta inclui a análise de indicadores de caracterização da situação de referência e de indicadores de avaliação dimensionados para permitir a avaliação do impacto da implementação do PR Madeira 2030, incluindo recomendações emanadas da Fase.

Da avaliação desenvolvida na Fase 2 resultou, então, a identificação de um conjunto de efeitos, cuja significância foi determinada com base na análise pericial integrada e de ponderação dos diversos parâmetros associados a cada efeito e respetiva contextualização em que estes ocorrem, que permitiu aferir os mais relevantes e propor recomendações no sentido de maximizar as oportunidades e eliminar ou minimizar riscos.

### Fase 3 | Acompanhamento

Esta última fase de um processo de AAE (de acordo com o Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho), cujo desenvolvimento está fora do âmbito da presente proposta de execução técnica e financeira, será alvo, tal como referido anteriormente, de uma proposta metodológica específica integrada no RA (apresentada durante a Fase 2 do processo) com definição de indicadores e de recomendações para a fase de gestão e monitorização estratégica da elaboração do PR.

#### 2.2.2 Princípio de “não prejudicar significativamente” (NPS)

De acordo com as Cláusulas Técnicas do Caderno de Encargos deverá ser acrescentada a este procedimento de AAE a avaliação segundo o Princípio de “*não prejudicar significativamente*”. Este Princípio norteia as orientações europeias em termos ambientais e visa a sustentabilidade e a transição para uma economia segura, com impacto neutro no clima, resiliente às alterações climáticas, mais eficiente na utilização de recursos e circular, conforme o constante no Regulamento n.º 2020/852, de 18 de junho de 2020, relativo ao estabelecimento de um regime para a promoção do investimento sustentável, e que altera o Regulamento (UE) 2019/2088.



Assim, deverá ser garantido que cada investimento estará orientado de forma a respeitar os seguintes seis objetivos ambientais: a) A mitigação das alterações climáticas; b) A adaptação às alterações climáticas; c) A utilização sustentável e proteção dos recursos hídricos e marinhos; d) A transição para uma economia circular; e) A prevenção e o controlo da poluição; f) A proteção e o restauro da biodiversidade e dos ecossistemas.

A avaliação seguiu as orientações explanadas nas Orientações Técnicas para a aplicação do Princípio de “não prejudicar significativamente” (Comunicação da Comissão, 2021/C58/01), adaptadas a esta avaliação.

(Página deixada propositadamente em branco)

### **3. Objeto da AAE**

A Região Autónoma da Madeira (RAM), constitui uma das Regiões Autónomas da República Portuguesa. A Região é dotada de autonomia política e administrativa através do **Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma da Madeira** (Lei n.º 13/91, de 5 de junho, alterada pelas Leis 130/99, de 21 de agosto 2 12/2000, de 21 de junho), previsto na Constituição da República Portuguesa. A Região Autónoma da Madeira faz parte integral da União Europeia com o **Estatuto de Região Ultraperiférica** (RUP) do território da União, conforme os artigos 349º e 355º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE).

#### **3.1 Enquadramento Estratégico base para o PR Madeira 2030**

A arquitetura do presente Quadro de Programação Financeira, elaborada em articulação com o Mecanismo de Recuperação e Resiliência, introduziu um conjunto de complementaridades entre instrumentos (REACT-EU, PRR Madeira e PR Madeira 2030) mobilizados. Estas complementaridades determinam a delegação de linhas estratégicas entre os Instrumentos levando a que se otimize as intervenções previstas.

Não obstante o objeto de avaliação desta AAE estar centrado no PR Madeira 2030, a consideração das linhas de intervenção do PRR (Madeira) é central para a análise das opções estratégicas do Programa.

Assim, as linhas de intervenção previstas no âmbito do PRR Madeira:

- Potenciação da eletricidade renovável (69 M€);
- Programa de aceleração da digitalização da Educação (21 M€);
- Transição Digital da Administração Pública da RAM (78 M€);
- Reforço da oferta de habitação apoiada (136 M€);
- Fortalecimento das respostas sociais (83 M€);
- Fortalecimento do Serviço Regional de Saúde (89 M€);
- Digitalização da Saúde (15 M€);
- Plano de eficiência e reforço hídrico dos sistemas de abastecimento e regadio (70 M€).

Serão complementares às linhas de intervenção do PR Madeira 2030 e como tal consideradas nos processos de avaliação da presente AAE.

Num segundo nível, salientam-se também as complementaridades e sinergias com outros recursos de financiamento:

- Apoios FEADER via PEPAC Madeira;
- Apoios FEAMPA;
- Programas Temáticos Nacionais com abrangência regional (e.g.: Programa de Ação Climática e Sustentabilidade);
- Projetos de I&D (e.g.: Horizonte Europa) e de cooperação (e.g.: Interreg).

## Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Regional Madeira 2030 -RESUMO NÃO TÉCNICO-

A Estratégia Portugal 2030 define o quadro de orientação geral para a definição e implementação das políticas públicas estruturais na próxima década. A Estratégia está alicerçada em quatro agendas temáticas:

- **Agenda temática 1** - *As pessoas primeiro: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade*
- **Agenda temática 2** - *Digitalização, inovação e qualificações como motores do desenvolvimento*
- **Agenda temática 3** - *Transição climática e sustentabilidade dos recursos*
- **Agenda temática 4** - *Um País competitivo externamente e coeso internamente.*

O Acordo de Parceria Portugal 2030 assume o alinhamento com a Estratégia Portugal 2030, desenvolvendo-se a partir da sua visão e da sua matriz de objetivos, e concilia-a ao enquadramento dado pelos cinco objetivos estratégicos (OP) definidos no quadro regulamentar dos Fundos da Política de Coesão da União Europeia. A saber:

- uma Europa mais competitiva e mais inteligente (OP1), investindo na inovação, na digitalização, na competitividade das empresas, nas competências para a especialização inteligente, transição industrial e empreendedorismo;
- uma Europa mais verde (OP2), que aplique o Acordo de Paris e invista na transição energética, nas energias renováveis e na luta contra as alterações climáticas;
- uma Europa mais conectada (OP3), com redes de transportes e digitais estratégicas;
- uma Europa mais social e inclusiva (OP4), na senda do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, apoiando o emprego de qualidade, a educação, as competências, a inclusão social e a igualdade de acesso aos cuidados de saúde;
- Uma Europa mais próxima dos cidadãos (OP5), através do apoio a estratégias de desenvolvimento a nível local e ao desenvolvimento urbano sustentável.

O quadro seguinte resume o alinhamento dentre o Acordo de Parceria - Portugal 2030, a Estratégia 2030 e o PRR que determina, a jusante, as condicionantes de atuação do PR Madeira 2030.

*Tabela 1 – Articulação entre a Estratégia Portugal 2030 e o Acordo de Parceria Portugal 2030*

		Estratégia Portugal 2030			
		Agenda 1	Agenda 2	Agenda 3	Agenda 4
Acordo de Parceria Portugal 2030	OP1 - Portugal + competitivo				
	OP2 - Portugal + verde				
	OP3 - Portugal + conectado				
	OP4 - Portugal + social e inclusivo				
	OP5 - Portugal + próxima dos cidadãos				
	Fundo de Transição Justa				
Plano de Recuperação e Resiliência					

### 3.2 Estruturação do PR Madeira 2030

A composição do PR Madeira 2030 assenta nas seguintes Prioridades:

- **1A - Madeira + Inteligente e Competitiva: Conhecimento e Inovação**
- **2A - Madeira + Verde: Ação Climática e Transição Energética**
- **2B - Mobilidade Urbana Sustentável**
- **3A - Madeira + Conectada**
- **4A - Madeira + Social e Inclusiva**
- **4B - Empregabilidade dos Jovens (Emprego dos jovens)**
- **5A - Madeira + Próxima: Desenvolvimento sustentável dos territórios**
- **1R - RUP**
- **4C - Combate à privação material**

A decomposição das Prioridades em Objetivos Específicos, de acordo com a nomenclatura de objetivos específicos do Acordo de Parceria Portugal 2030, encontra-se descrita na tabela seguinte:

*Tabela 2 – Prioridades vs. Objetivos Específicos do PR Madeira 2030*

Prioridades	Objetivo Específico
1A - Madeira + Inteligente e Competitiva: Conhecimento e Inovação	RSO1.1 - Desenvolver e reforçar as capacidades de investigação e inovação e a adoção de tecnologias avançadas
	RSO1.2 - Aproveitar as vantagens da digitalização para os cidadãos, empresas, entidades de investigação e autoridades públicas
	RSO1.3- Reforçar o crescimento sustentável e a competitividade das PME e a criação de emprego em PME, inclusive através de investimento produtivo
	RSO1.4 - Desenvolver competências para a especialização inteligente, a transição industrial e o empreendedorismo
2A - Madeira + Verde: Ação Climática e Transição Energética	RSO2.1 - Promover a eficiência energética e reduzir as emissões de gases com efeito de estufa
	RSO2.5 - Promover o acesso e a gestão sustentável da água
	RSO2.6 - Promover a transição para uma economia circular e eficiente na utilização dos recursos
	RSO2.7 - Reforçar a proteção e preservação da natureza, a biodiversidade e as infraestruturas verdes, inclusive nas zonas urbanas, e reduzir todas as formas de poluição
2B - Mobilidade Urbana Sustentável	RSO2.8 - Promover a mobilidade urbana multimodal sustentável, como parte da transição para uma economia com zero emissões líquidas de carbono

# Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Regional Madeira 2030

## -RESUMO NÃO TÉCNICO-

Prioridades	Objetivo Específico
3A - Madeira + Conectada: Mobilidade e Transpotes	RSO3.1 - Desenvolver uma RTE-T resiliente às alterações climáticas, inteligente, segura, sustentável e intermodal
	RSO3.2 - Desenvolver e reforçar uma mobilidade nacional, regional e local, sustentável, resiliente às alterações climáticas, inteligente e intermodal, incluindo um melhor acesso à RTE-T e à mobilidade transfronteiriça
4A - Madeira + Social e Inclusiva	RSO4.5 - Garantir a igualdade de acesso aos cuidados de saúde e promover a resiliência dos sistemas dos sistemas de saúde, incluindo cuidados de saúde primários e a promoção da transição de cuidados institucionalizados para cuidados baseados na família de proximidade
	RSO4.6 - Reforçar o papel da cultura e do turismo sustentável no desenvolvimento económico, na inclusão social e inovação social
	ESO4.1 - Melhorar o acesso ao emprego e a medidas de ativação para todos os candidatos a emprego, em especial os jovens, sobretudo através da implementação da Garantia para a Juventude, para os desempregados de longa duração e os grupos desfavorecidos no mercado de trabalho e para as pessoas inativas, bem como promover o emprego por conta própria e a economia social
	ESO4.4 - Promover a adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança, um envelhecimento ativo e saudável, bem como um ambiente de trabalho saudável e bem-adaptado, que aborde os riscos para saúde
	ESO4.6 - Promover a igualdade de acesso e a conclusão, em especial por parte dos grupos desfavorecidos, de um percurso de educação e formação inclusivo e de qualidade, desde a educação e acolhimento na primeira infância até ao ensino superior, passando pelo ensino e formação gerais e vocacionais, bem como a aprendizagem de adultos, facilitando, nomeadamente, a mobilidade para fins de aprendizagem para todos e a acessibilidade para as pessoas com deficiência
	ESO4.7 - Promover a aprendizagem ao longo da vida, em especial através de oportunidades flexíveis de melhoria de competências e de requalificação para todos, tendo em conta as competências nos domínios do empreendedorismo e do digital, antecipar melhor a mudança e as novas exigências em matéria de competências com base nas necessidades do mercado de trabalho, facilitar as transições de carreira e fomentar a mobilidade profissional
	ESO4.8 - Favorecer a inclusão ativa, com vista a promover a igualdade de oportunidades, a não discriminação e a participação ativa e melhorar a empregabilidade, em particular dos grupos desfavorecidos
	ESO4.11 - Reforçar a igualdade de acesso em tempo útil a serviços de qualidade, sustentáveis e a preços comportáveis, incluindo serviços que promovam o acesso a habitação e a cuidados centrados na pessoa, incluindo cuidados de saúde; modernizar os sistemas de proteção social, com especial ênfase nas crianças e nos grupos desfavorecidos; melhorar a acessibilidade, inclusive para as pessoas com deficiência, a eficácia e a resiliência dos sistemas de saúde e dos serviços de cuidados continuados para as crianças e grupos desfavorecidos
4B - Empregabilidade dos Jovens (Emprego dos jovens)	ESO4.1 - Melhorar o acesso ao emprego e a medidas de ativação de todos os candidatos a emprego, em especial os jovens, sobretudo através da implementação da Garantia para a Juventude, dos desempregados de longa duração e grupos desfavorecidos no mercado de trabalho, e das pessoas inativas, bem como promover o emprego por conta própria e a economia social

## Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Regional Madeira 2030 -RESUMO NÃO TÉCNICO-

Prioridades	Objetivo Específico
5A - Madeira + Próxima: Desenvolvimento sustentável dos territórios	RSO5.1- Promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança nas zonas urbanas
1R - RUP	RSO1.3 - Reforçar o crescimento sustentável e a competitividade das PME, bem como a criação de emprego nas PME, inclusive através de investimentos produtivos
4C - Combate à privação material	ESO4.13 - Combater a privação material através da distribuição de alimentos e/ou de assistência material de base às pessoas mais carenciadas, incluindo crianças, e adotar medidas de acompanhamento que apoiem a sua inclusão social

(Página deixada propositadamente em branco)



## 4. Fatores Críticos para a Decisão (FCD)

A composição dos elementos estratégicos e de contexto fundamenta a seguinte composição dos Fatores Críticos para a Decisão:

*Tabela 3 - Enunciado dos Fatores Críticos para a Decisão (FCD), segundo os Objetivos de Avaliação*

FCD	Objetivos
<i>FCD1 - I&amp;D+I e Transição Digital</i>	Avaliação das propostas do PR Madeira para promover: - A capacitação do sistema de I&D+I regional; - A incorporação da inovação no tecido empresarial regional - A adaptação tecnológica, através da transição digital.
<i>FCD2 - Cadeias de Valor</i>	Avaliação das propostas do PR Madeira para promover: - O crescimento sustentado das cadeias de valor regionais estabilizadas (Agroalimentar, Pescas, Construção e Turismo); - A diversificação económica através da cimentação das cadeias de valor emergentes (Economia Azul e TIC);
<i>FCD3 - Energia, Clima e Mobilidade Sustentável</i>	Avaliação das propostas do PR Madeira para: - A promoção da transição energética, nas suas vertentes de promoção do aumento da utilização de energias renováveis, incluindo autoconsumo, e promoção da utilização eficiente dos recursos energéticos; - A promoção da mobilidade sustentável.
<i>FCD4 - Qualificação Territorial</i>	Avaliação das propostas do PR Madeira para promover: - A qualificação urbana de acordo com as diretrizes do Desenvolvimento Urbano Sustentável; - A requalificação ambiental de ativos ambientais degradados;
<i>FCD5 - Património natural e cultural, utilização sustentável de recursos naturais e economia circular</i>	Avaliação das propostas do PR Madeira para: - A preservação e promoção do património natural e cultural - A promoção da utilização sustentável dos recursos naturais; - A promoção da economia circular.
<i>FCD6 - Desenvolvimento Humano, inclusão e coesão social</i>	Avaliação das propostas do PR Madeira para: - O acesso a habitação acessível; - A promoção da qualificação e aprendizagem ao longo da vida; - O acesso ao emprego; - O combate à pobreza e exclusão social; - A promoção da igualdade de género; - A melhoria do acesso aos cuidados de saúde;
<i>FCD7 - Riscos Naturais e Adaptação às Alterações Climáticas</i>	Avaliação das propostas do PR Madeira para: - A mitigação dos riscos naturais; - A promoção da resiliência e adaptação às alterações climáticas.

A decomposição dos FCDs nos critérios de avaliação utilizados pode ser consultada na tabela seguinte.

*Tabela 4 - Critérios dos Fatores Críticos para a Decisão*

FCD	Critérios
<i>I&amp;D+I e Transição Digital</i>	I&D+I
	Transição Digital
<i>Cadeias de Valor</i>	Agricultura
	Pescas
	Construção
	Turismo
	Economia do Mar
	TIC
<i>Energia, Clima e Mobilidade Sustentável</i>	Energia Sustentável
	Energia Renovável

**Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Regional Madeira 2030**  
**-RESUMO NÃO TÉCNICO-**

	Combustíveis fósseis
	Mobilidade sustentável
<i>Qualificação Territorial</i>	Qualificação Urbana
	Requalificação ambiental
	Funchal e Porto Santo
<i>Património natural e cultural, utilização sustentável de recursos naturais e economia circular</i>	Património histórico ou classificado
	Património natural e biodiversidade
	Água
	Ar
	Efluentes
	Economia Circular
<i>Desenvolvimento Humano, inclusão e coesão social</i>	Habitação social e acessível
	Qualificação e aprendizagem ao longo da vida
	Emprego
	Pobreza e exclusão social
	Igualdade de género
	Saúde
<i>Riscos Naturais e Adaptação às Alterações Climáticas</i>	Riscos Naturais
	Adaptação às Alterações Climáticas

## 5. Análise e Avaliação Estratégica por FCD

O presente capítulo está estruturado em função dos Fatores Críticos para a Decisão, definidos no processo de Definição de Âmbito, que funcionaram como âncoras de análise da AAE sobre o PR Madeira 2030.

### 5.1 Análise SWOT

A análise desenvolvida no âmbito de cada FCD recorreu a uma análise SWOT que se apresenta nos quadros abaixo.

*Tabela 5 – Matriz SWOT referente ao FCD “I&D+I e Transição Digital”*

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Cultura de inovação empresarial bem estabelecida</li> <li>• Presença de empresas âncora com forte componente de I&amp;D (Zona Franca e Industrial da Madeira)</li> <li>• Presença de empresas âncora com forte dinamismo na área digital</li> <li>• Crescente dinamismo recente das unidades de I&amp;D ligadas à Universidade da Madeira (UMa) e à ARDITI</li> <li>• I&amp;D+I ligada ao setor da eletroprodução</li> <li>• Boa literacia digital da população residente</li> <li>• Boa disseminação do acesso doméstico à internet e Banda larga</li> <li>• Bom dinamismo na implementação das redes 5G</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Tecido produtivo dominado por unidades de reduzida dimensão e com baixa intensidade em tecnologia</li> <li>• Insuficiente nível de despesa em I&amp;D (0,51% do PIB)</li> <li>• Fraca capacidade de atração de recursos humanos altamente especializados</li> <li>• Evolução insuficiente na alocação de recursos humanos a atividades de I&amp;D</li> <li>• Crescimento insuficiente de unidades de I&amp;D dedicadas</li> <li>• Insuficiente digitalização de serviços no complexo da administração pública</li> </ul>
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Advento do teletrabalho aumenta a atratividade da RAM para a residência de profissionais altamente qualificados</li> <li>• Especialização regional e nacional no complexo das tecnologias marinhas abre um conjunto único de oportunidades locais para o desenvolvimento da I&amp;D</li> <li>• Forte dinamismo do setor turístico promove oportunidades de inovação na área digital</li> <li>• Notoriedade da RAM como destino de conferências de alto nível em áreas emergentes</li> <li>• As novas redes 5G proporcionam um leque de oportunidades únicas para as RUP</li> <li>• Centralidade regional no tráfego internacional de dados</li> <li>• Impulso dado à Transição Digital pelo PRR</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Caráter ultraperiférico dificulta a residência de recursos humanos altamente especializados</li> <li>• Elevada concorrência internacional no campo das TIC</li> <li>• Crise económica proporcionada pelo conflito no Leste Europeu</li> <li>• Insuficiente especialização da UMa em alguns campos da EREI 2021-2027</li> </ul>

*Tabela 6 – Matriz SWOT referente ao FCD “Cadeias de Valor”*

# Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Regional Madeira 2030

## -RESUMO NÃO TÉCNICO-

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dinâmica empresarial nos setores económicos emergentes da economia azul e das TIC</li> <li>• Resiliência do setor turístico perante choques externos como verificado com a pandemia de COVID-19</li> <li>• Setor das pescas tem verificado uma boa renovação geracional</li> <li>• Elevada dinâmica e resiliência do setor da construção</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• PME com elevada orientação para o mercado interno e reduzida capacidade financeira do tecido empresarial regional</li> <li>• Orografia da ilha da Madeira e exiguidade do território da ilha do Porto Santo limitam o desenvolvimento do setor da agricultura</li> <li>• Excessivo parcelamento da propriedade rural e fraca dinâmica associativa</li> <li>• Carácter ultraperiférico da RAM dificulta o setor das exportações</li> <li>• Operacionalidade do aeroporto do Funchal coloca dificuldades acrescidas ao setor do turismo</li> </ul>
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Elevado potencial dos setores emergentes da economia azul e das TIC</li> <li>• A reindustrialização da Europa</li> <li>• A segurança como ativo diferenciador no setor turístico</li> <li>• O advento do teletrabalho e dos nómadas digitais</li> <li>• A agricultura 4.0 como fator de mitigação dos constrangimentos naturais da RAM</li> <li>• As novas redes 5G como potenciadoras de novas oportunidades no campo das TIC</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O conflito no leste europeu e a ameaça de crise económica subsequente</li> <li>• Excessiva dependência económica do setor turístico</li> <li>• O despovoamento dos territórios mais rurais</li> <li>• O elevado custo de vida e a fraca acessibilidade à habitação</li> </ul>

*Tabela 7 – Matriz SWOT referente ao FCD “Energia, Clima e Mobilidade Sustentável”*

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reconhecimento transversal da importância da transição energética e da mitigação das alterações climáticas no panorama regional, nacional, europeu e internacional</li> <li>• O crescimento sustentado das soluções de eletrificação nos transportes terrestres</li> <li>• O ecossistema de inovação instalado na área das soluções integradas de gestão de energia</li> <li>• A convergência proporcionada pela definição do setor turístico como um destino sustentável</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Falta de uma rede centralizada de provisão de Gás Natural para o setor indústria, serviços e habitação</li> <li>• Efeito de ilha energética nas ilhas da Madeira e do Porto Santo</li> <li>• Sazonalidade do turismo na ilha do Porto Santo</li> <li>• Elevada dependência do transporte rodoviário</li> <li>• Orografia acentuada dificulta a adoção de soluções exequíveis de mobilidade suave</li> </ul>
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> <li>• O reconhecimento da autonomia energética como um objetivo central europeu</li> <li>• Liderança europeia na transição energética e climática proporciona um ecossistema favorável para a inovação energética</li> <li>• Elevado potencial para a implementação de parques eólicos offshore (coerência e intensidade dos campos de vento identificados) e a possibilidade de serem utilizados para a produção de hidrogénio verde</li> <li>• Posicionamento geoestratégico poderá proporcionar oportunidades no campo da exportação de hidrogénio verde</li> <li>• Potencial reprodutível do projeto Porto Santo - <i>Fossil Free Island</i> para a ilha da Madeira</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pressão sobre a eletroprodução hidráulica devido à crescente instabilidade da pluviosidade provocada pelas alterações climáticas</li> <li>• Riscos naturais sobre as infraestruturas de produção renovável devido aos fenómenos climáticos extremos</li> <li>• Elevado custo associado à adoção de soluções que permitam uma maior penetração de energias renováveis no sistema elétrico central</li> <li>• Orografia coloca desafios acrescidos à mobilidade elétrica</li> <li>• Elevado custo para a implementação de soluções de mobilidade alternativas ao transporte rodoviário (ex.: transporte sobre carris)</li> </ul>

## Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Regional Madeira 2030 -RESUMO NÃO TÉCNICO-

*Tabela 8 – Matriz SWOT referente ao FCD “Qualificação territorial”*

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dinamismo da cidade do Funchal como centro de desenvolvimento regional</li> <li>• Atratividade da RAM como destino residencial para população estrangeira</li> <li>• Crescente dinamismo do mercado de construção habitacional</li> <li>• Pouca sazonalidade do destino turístico Madeira</li> <li>• Definição de um modelo de sustentabilidade para a ilha do Porto Santo</li> <li>• Aumento da capacidade de atração de targets turísticos mais jovens na RAM</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Redução populacional na RAM</li> <li>• Pressão turística sobre ativos ambientais e culturais</li> <li>• Sazonalidade do Destino Turístico do Porto Santo</li> <li>• Dicotomia Sul/Norte na Ilha da Madeira</li> <li>• Fraco dinamismo da regeneração do edificado</li> <li>• Degradação de equipamentos públicos</li> </ul>
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Requalificação urbana, ambiental e paisagística com dupla valência para a população local e turística</li> <li>• Potencialidades dos Destinos Madeira e Porto Santo na área da sustentabilidade</li> <li>• Afirmação do carácter metropolitano do Grande Funchal com fator de desenvolvimento da Costa Sul da ilha da Madeira</li> <li>• Mercado de emprego dinâmico</li> <li>• Heterogeneidade da ilha da Madeira produz capacidades de criação de diferentes atratividades para a fixação de população na ilha da Madeira</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desertificação do Norte da ilha da Madeira</li> <li>• Fatores de produção agrícola dificultam a afirmação do setor primário e dos territórios rurais</li> <li>• Fenómenos climáticos extremos ameaçam património e infraestruturas</li> <li>• Sobreaquecimento do mercado residencial pode provocar aumento da emigração das populações mais jovens</li> <li>• Oferta de equipamentos e serviços públicos nos territórios que estão a sofrer com o despovoamento</li> </ul>

*Tabela 9 – Matriz SWOT referente ao FCD “Património natural e cultural, utilização sustentável de recursos naturais e economia circular”*

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desmaterialização do património cultural e liderança na Transição cultural digital</li> <li>• Dinâmica recente de recuperação e valorização do património cultural</li> <li>• Aumento muito significativo das áreas marítimas protegidas</li> <li>• Nova rede de monumentos naturais</li> <li>• Boa capacidade de depuração das águas costeiras compensa falhas ao nível do saneamento</li> <li>• Concentração reduzida de vários poluentes atmosféricos</li> <li>• Aumento da valorização de RSU</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dinâmica do setor das exposições e dos Museus</li> <li>• Assimetrias de desenvolvimento limita a intervenção local sobre o património cultural e natural</li> <li>• Percentagem elevada de água captada que não é distribuída</li> <li>• Percentagem reduzida de população servida por sistemas de saneamento</li> <li>• Poluição atmosférica causada pelas partículas moleculares (PM10)</li> <li>• Efeito da ultraperifricidade sobre a gestão de resíduos</li> <li>• Aumento da produção global de resíduos</li> </ul>
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dinamismo recente do setor do turismo como alavanca do setor cultural</li> <li>• Valorização internacional do património cultural e natural da RAM</li> <li>• Transição energética como fator de potenciação da qualidade do ar</li> <li>• O advento da economia circular como limitação da pressão sobre a gestão de resíduos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Gentrificação ameaça o património cultural imaterial</li> <li>• Pressão turística sobre o património natural e cultural</li> <li>• Alterações climáticas poderão exercer pressão sobre a disponibilidade de recursos hídricos</li> <li>• Impactos transfronteiriços sobre o património marinho (ex.: plástico oceânico)</li> <li>• Capacidade limitada da RAM para comportar soluções finais de aterro</li> </ul>

## Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Regional Madeira 2030 -RESUMO NÃO TÉCNICO-

*Tabela 10 – Matriz SWOT referente ao FCD “Desenvolvimento Humano, inclusão e coesão social”*

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Baixa sobrelotação das habitações</li> <li>• Baixa taxa de desemprego</li> <li>• Desemprego de longa duração tem vindo a diminuir</li> <li>• Acesso à saúde tem melhorado</li> <li>• Boa adesão do turismo à segurança em saúde pública</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Elevada procura por habitação social</li> <li>• Qualificações ao nível do superior abaixo da média nacional</li> <li>• Cursos de formação e educação de adultos tem vindo a descer</li> <li>• Elevado desemprego nos jovens NEET</li> <li>• Taxa de risco de pobreza elevada</li> <li>• Taxa de privação material normal e severa elevadas</li> <li>• Aumento dos beneficiários do RSI</li> <li>• Divisão de tarefas por género</li> <li>• Disparidade no ganho mensal médio entre homens e mulheres</li> </ul>
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Previsão de pleno emprego alavancado pelo dinamismo do setor do turismo</li> <li>• Elevado número de habitações a custos acessíveis proporcionado pelo PRR</li> <li>• Crescente procura de produtos turísticos com maior valor acrescentado, associados aos principais recursos endógenos regionais, e criação de emprego qualificado, associados ao ambiente, ao mar, à cultura e ao património</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Continuação do aumento da avaliação bancárias das habitações</li> <li>• Assimetrias regionais (urbano/rural)</li> <li>• Aumento do custo de vida relacionado com o conflito na Ucrânia</li> <li>• Aumento dos custos associados à construção poderão agravar o acesso à habitação</li> </ul>

*Tabela 11 – Matriz SWOT referente ao FCD “Riscos Naturais e adaptação às alterações climáticas”*

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolvimentos em I&amp;D+I aplicadas à deteção precoce de fenómenos climáticos extremos</li> <li>• Reforço do sistema da Proteção civil para respostas a estes fenómenos</li> <li>• Consciencialização pública sobre a problemática das aluviões e fogos florestais</li> <li>• Ênfase na proteção das manchas florestais concorrem positivamente para a resiliência dos sistemas naturais às aluviões e aos incêndios</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Elevada suscetibilidade da RAM às aluviões e incêndios florestais</li> <li>• Dificuldade de previsão dos fenómenos de precipitação intensa devido às características geomorfológicas da ilha da Madeira</li> <li>• Elevado custo da adaptação das infraestruturas às melhores práticas em prevenção de riscos naturais</li> </ul>
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> <li>• A prevenção de riscos naturais ganha cada vez mais notoriedade a nível europeu</li> <li>• Desenvolvimentos tecnológicos, como as novas redes 5g ou internet por satélite, podem aportar novas capacidades aos sistemas de deteção precoce de incêndios</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• As alterações climáticas como fenómeno proporcionador de eventos climáticos extremos</li> <li>• Despovoamento do mundo rural</li> <li>• Fraca capacidade do poder local para intervir na mitigação das aluviões e dos incêndios</li> <li>• Pressão turística sobre as zonas florestais pode originar novos focos de incêndio e degradar a capacidade dos sistemas naturais para mitigar as aluviões e os incêndios</li> </ul>

# Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Regional Madeira 2030

## -RESUMO NÃO TÉCNICO-

### 5.2 Análise síntese de oportunidades e riscos

Tabela 12 – Quadro síntese das oportunidades e riscos associados aos FCD

Prioridades e Objetivos específicos do PR Madeira 21-30		I&D+I e Transição Digital	Cadeias de Valor	Energia, Clima e Mobilidade Sustentável	Qualificação Territorial	Património natural e cultural, utilização sustentável de recursos naturais e economia circular	Desenvolvimento Humano, inclusão e coesão social	Riscos Naturais e Adaptação às Alterações Climáticas
1A	RSO1.1	+	+	+	+	+	+	+
	RSO1.2	+	+	+	+	+	0	0
	RSO1.3	+	+	-	+	-	+	0
	RSO1.4	+	+	+	+	+	+	+
2A	RSO2.1	+	+	+	+	+	0	0
	RSO2.5	+	+	+	+	+	0	+
	RSO2.6	+	+	+	+	+	0	0
	RSO2.7	0	+	+	+	+	0	+
2B	RSO2.8	+	+	+	+	+	0	0
3A	RSO3.1	+	+	+	0	+	0	0
	RSO3.2	0	0	+	0	+	0	0
4A	RSO4.5	+	+	0	+	0	+	0
	RSO4.6	+	+	+	+	+	0	+
	ESO4.1	+	+	0	0	0	+	0
	ESO4.4	+	+	0	0	0	+	0
	ESO4.6	+	+	0	0	0	+	0
	ESO4.7	+	+	0	0	0	+	0
	ESO4.8	+	+	0	0	0	+	0
	ESO4.11	+	+	0	0	0	+	0
4B	ESO4.1	+	+	0	0	0	+	0
5A	RSO5.1	+	+	+	+	+	+	+
1R	RSO1.3	+	+	-	0	0	0	0
4C	ESO4.13	0	+	0	0	0	+	0

**Legenda:**

(+) - Impacte positivo | (0) - Impacto neutro ou negligenciável | (-) - Impacto negativo

### 5.3 Recomendações

*Tabela 13 – Síntese das recomendações por FCD*

FCD	Recomendações
I&D+I e Transição Digital	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Ponderar a inclusão de critérios que promovam a fixação (p.ex.: majorações) de recursos humanos especializados dedicados a atividades de I&amp;D+I, nas operações previstas no RSO1.1, RSO1.3 e RSO1.4, da prioridade 1ª;</li> <li>✓ Ponderar a inclusão de critérios que promovam a alocação de recursos humanos especializados a atividades de I&amp;D+I no âmbito das operações previstas no ESO4.1 das prioridades 4A e 4B;</li> <li>✓ Ponderar a inclusão de critérios de majoração para os apoios no âmbito do RSO1.3, prioridade 4C, para as empresas que se comprometam formalmente a desenvolver atividades de I&amp;D+I ou já detenham unidades de I&amp;D estabelecidas.</li> </ul>
Cadeias de Valor	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Ponderar debelar a inconsistência estatística sobre o setor da economia do mar promovendo a desagregação dos impactes da execução do Programa Operacional sobre este setor.</li> </ul>
Energia, Clima e Mobilidade Sustentável	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Ponderar a inclusão, nos princípios orientadores para a seleção de operações dos RSO1.3, Prioridade 1A, a valorização de ações que promovam a eficiência energética, o uso de energias renováveis e a economia circular.</li> </ul>
Qualificação Territorial	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Ponderar a construção de um sistema de indicadores indexados aos ITI Funchal e Porto Santo de modo a mensurar o impacto destes instrumentos nas áreas de intervenção preconizadas. Considerar a criação de indicadores compostos dentro da temática e tradição do Desenvolvimento Urbano Sustentável;</li> <li>✓ Ponderar a revisão de critérios para a elegibilidade de projetos de requalificação de edifícios na componente de eficiência energética tendo em conta os consumos muito reduzidos de energia em climatização devido ao clima ameno da ilha;</li> <li>✓ Ponderar a alavancagem de instrumentos territoriais para os territórios rurais (p.ex.: Parcerias para a Coesão), com especial atenção para o Norte da ilha da Madeira, de forma a que estes territórios não fiquem excessivamente dependentes do FEADER para o seu desenvolvimento e para que possam mais eficazmente inverter o ciclo de despovoamento de que enfermam.</li> </ul>
Património natural e cultural, utilização sustentável de recursos naturais e economia circular	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Ponderar a atribuição de critérios que promovam a majoração de projetos que utilizem as melhores tecnologias ao nível a utilização dos recursos naturais na operacionalização do RSO1.3;</li> <li>✓ Ponderar a inclusão de critérios que promovam recuperação e valorização preferencial do património cultural e natural, e a utilização sustentável dos seus recursos naturais, dos territórios menos desenvolvidos de modo a colmatar a menor capacidade do poder local para intervir nestes domínios.</li> </ul>
Desenvolvimento Humano, inclusão e coesão social	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Ponderar a inclusão de métricas relacionadas com as questões de género que possam melhor medir o impacto do PR madeira 2030 neste campo;</li> <li>✓ Ponderar o reforço da capacidade do PR Madeira 2030 para combater os índices elevados de pobreza registados.</li> </ul>
Riscos Naturais e Adaptação às Alterações Climáticas	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Ponderar a promoção da criação de um sistema de indicadores para o conjunto dos riscos naturais que inclua os incêndios florestais e rurais, os fenómenos de pluviosidade extrema e as tempestades marítimas.</li> </ul>



## **6. Seguimento e Monitorização da AAE**

A Diretiva 2001/42/CE, do Parlamento e do Conselho, de 27 de junho, reconhece a importância de garantir a gestão e monitorização dos efeitos ambientais da execução de Planos e Programas. Assim, as entidades responsáveis pela elaboração dos Planos devem avaliar os efeitos significativos decorrentes da aplicação e execução, verificando a adoção das medidas previstas na declaração ambiental, sendo ainda responsáveis pela divulgação dos resultados deste processo de controlo

A Diretiva 2001/42/CE, nem o Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, definem requisitos técnicos sobre os métodos a utilizar na monitorização, pelo que serão adotados aqueles que estão disponíveis e que se revelem mais adequados ao presente caso.

O âmbito da monitorização terá dois objetivos:

- i. A monitorização da evolução da situação de referência, levantada no âmbito do processo de Avaliação Ambiental Estratégica, balizada nos FCD e respetivos critérios de avaliação adotados;
- ii. A monitorização dos efeitos do Programa Regional em função dos FCD e critérios de avaliação estabelecidos

A Fase de Seguimento inicia-se com a entrada em vigor do PR Madeira 2030.



## 7. Conclusões

Conclui-se do processo de avaliação estratégica do PR Madeira 21-30 que o Programa terá, na sua globalidade, efeitos muito positivos sobre a evolução dos Fatores Críticos para a Decisão selecionados e analisados.

Particularmente, o maior risco identificado remete para o aumento da atividade económica, que contribuirá, a jusante, para um previsível aumento no consumo energético, e consequente aumento das emissões de GEE, e uma maior pressão sobre os recursos naturais. Este risco poderá ser minorado com medidas de ajuste ao nível dos critérios de elegibilidade dos apoios atribuídos.

Em síntese, conclui-se que o Programa:

- ✓ enquadra-se e contribui positivamente para os principais desafios estratégicos regionais;
- ✓ está alinhado com as grandes linhas estratégicas regionais, nacionais e europeias; e
- ✓ contribui para a melhoria da performance ambiental, social e económica da RAM.